

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE DE CRICIÚMA – CMT

01/04/2025

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se, na sala de reuniões da coordenação municipal dos conselhos na Prefeitura Municipal de Criciúma os Conselheiros: Adriano José Laurindo (Diretoria de Planejamento); Frank Bez Fontana da Silva (Diretoria de Trânsito e Transporte); Bianca Elias Torres (Procuradoria-Geral do Município); Henrique Vargas (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC); Gentil Francisco (União das Associações de Bairros de Criciúma – UABC); Gerson Santiago (União das Associações de Bairros de Criciúma – UABC - Associação de Moradores do Bairro Operária Nova); Clésio Fernandes (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região); Juliano Peters Dutra (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região); Luiz Cláudio Honorato (Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Sul de Santa Catarina – SETRANSC); Sérgio Pelegrim (Associação Empresarial de Criciúma – ACIC); Carlos Alberto de Andrade (Consórcio Criciumense de Transporte Urbano – CCTU); Eduardo Topanoti Tarabay (Câmara de Dirigentes Lojistas de Criciúma – CDL); Se fizeram presentes os convidados: Estela Machado (Gerestar); Hugo Nascimento (UABC - Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio); Juarez de Jesus (UABC – Associação de Moradores do Bairro Ana Maria); Sabrina Zappellini Minatto (UABC – Associação de Moradores do Bairro Centro – AMoC); Sérgio Biava Junior (UABC – Associação de Moradores do Bairro Comerciarío – AMBAC); Matheus Viana (CCTU); Renan Búrigo (UABC – Associação de Moradores do Bairro Pio Côrrea); Alexandre Back. O Presidente iniciou a reunião saudando a todos e solicitando que o Conselheiro Gentil Francisco fizesse a leitura da ata da reunião anterior, após, o Presidente solicitou para que todos os convidados se apresentassem. Com os convidados devidamente apresentados, deu-se segmento a pauta da reunião onde se iniciou o debate acerca do estacionamento rotativo do município, onde o Conselheiro Gentil Francisco explanou sobre a necessidade de mais informações acerca o funcionamento e a implantação do estacionamento rotativo, o Conselheiro Frank Bez Fontana falou sobre a disponibilidade de sanar as dúvidas de imediato e também angariar as informações necessárias para serem levadas na próxima reunião. A convidada Estela Machado, representando a empresa Gerestar, falou sobre a preocupação, quanto empresa, de sanar as dúvidas necessárias a população e também a confusão gerada em função das explicações feitas de maneiras equivocadas pelos canais de mídia. Após, o Presidente abriu um momento para que todos possam fazer os questionamentos necessários, onde o convidado Sérgio Biava Júnior questionou sobre a existência

de um estudo justificando a implantação do estacionamento rotativo em ruas que não possuem estabelecimentos comerciais ou de serviços de acordo com o que está descrito no art. 2º da Lei nº 5.660/2010, em resposta ao questionamento, o Conselheiro Frank Bez Fontana falou sobre o estudo feito sobre o zoneamento, o qual justifica na escolha das ruas que possuem o estacionamento rotativo, também se comprometeu em levar para a próxima reunião a resposta com mais detalhes e o estudo questionado pelo Convidado, o mesmo falou que na Lei nº 5.660 a implantação do estacionamento rotativo deve ser feita de acordo com o parecer técnico do órgão de trânsito responsável elaborado através do estudo sobre a quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços em cada rua e que caso o critério utilizado tenha sido o zoneamento, o estudo foi feito incorretamente. O Conselheiro Frank Bez Fontana respondeu a pergunta feita pelo Conselheiro Gentil Francisco na última reunião, falando que a quantidade de vagas de estacionamento para idosos é de 163 equivalentes a 5,86% do total de vagas e superando o mínimo por lei que é de 5% e que a quantidade de vagas de estacionamento para deficientes é de 68 vagas, também superando o mínimo de 2% estipulado por lei. O Conselheiro Gentil Francisco questionou sobre o equilíbrio econômico do contrato, o Conselheiro Frank em resposta a pergunta, explicou que o risco econômico é exclusivamente da empresa, o valor pago ao município independe da empresa ter lucro ou não. O Conselheiro Clésio Fernandes perguntou qual o valor pago pela empresa atualmente ao município e o Conselheiro Frank respondeu dizendo que são 172.422,00 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e vinte e dois) reais, em resposta a pergunta do Conselheiro Clésio Fernandes acerca das datas de implantação do sistema, a convidada Estela falou que a implantação do estacionamento rotativo no bairro Pio Corrêa sofreu uma prorrogação a pedido do Ex-Prefeito Clésio Salvaro e indo de acordo com a sugestão do Conselheiro Clésio Fernandes, ficou acordado que seja levado para a próxima reunião o pedido formal do Ex-Prefeito Clésio Salvaro para tal decisão ser tomada. O Conselheiro Clésio também solicitou os comprovantes de pagamentos da Gerestar para o município. O convidado Renan Búrigo questionou sobre a possibilidade de existir uma conversa com a comunidade para decidir quais locais teriam a implantação do estacionamento rotativo, expressando também sua insatisfação com a atual situação e também questiona se há um tempo de permanência sem cobrança nos redores dos colégios do bairro Pio Corrêa, pois ao questionarem os funcionários, os mesmos não sabem passar a informação correta, a convidada Estela Machado informou que já estava marcando uma reunião com o colégio Marista para chegarem em um comum acordo sobre tal situação, da mesma forma a qual foi feita com o colégio São Bento, que em horários de entrada e saída do colégio, os carros com o pisca alerta ligado ficam isentos de cobrança do estacionamento. O convidado Alexandre Back falou sobre a taxa interna de retorno prevista no contrato, onde está descrito que caso a taxa interna de retorno da avaliação for menor que a prevista no contrato o mesmo encontra-se desequilibrado, onde cabem tomar as medidas necessárias para mitigar o

desequilíbrio, sendo essas o aumento do valor cobrado ou o pagamento de subsídios por parte do município e também está descrito no contrato que em caso de superavit, o valor será repassado ao município, também perguntou sobre qual a forma de controle utilizada para identificar se está tendo o desequilíbrio econômico ou não, o Conselheiro Frank respondeu que a análise deve ser feita de maneira global e não unitária, explicando que a empresa emite um extrato mensal possuindo o percentual de vagas ocupadas no município, falou também que a ordem de serviço para continuação da implantação deverá ser feita no final deste ano, após, o convidado Alexandre Back sugeriu ao conselheiro Gentil que solicitasse os nomes das ruas que são exploradas as vagas e suas respectivas numerações, assim finalizou seus questionamentos. O Conselheiro Gerson Santiago falou sobre o estudo e o parecer técnico, que quando foram feitos, estavam em plena pandemia, o que acarretou grandes mudanças no cenário comercial da cidade e, tomando isto como base, falou sobre a necessidade de uma reavaliação do estudo e do parecer técnico. A convidada Sabrina, presidente da Associação de Moradores do Bairro Centro (AMoC), falou sobre a falta de informações divulgadas aos moradores e questionou sobre o que deve ser feito com a situação de residenciais que não possuem garagem e os moradores precisam pagar o estacionamento rotativo para deixar seus carros e, também, dos carros que ocupam duas vagas, concordando com o convidado Renan sobre a realização de uma reunião com os moradores. O convidado Sérgio Biava Júnior questionou sobre a destinação dos valores arrecadados com o estacionamento rotativo, o Conselheiro Frank respondeu que todo o valor arrecadado era destinado ao transporte público, subsidiando as gratuidades do mesmo. Por fim, o Presidente solicitou ao Conselheiro Gentil Francisco que recapitulasse as solicitações que deverão ser feitas para a próxima reunião, sendo elas: o documento de postergação da implantação do estacionamento rotativo, estudo de viabilidade da implantação, zoneamento e a cópia da Lei 5.660. O Presidente pediu ao conselheiro Luiz Cláudio Horonato ler o memorando 181/2025 sobre a inconstitucionalidade da participação da Câmara de Vereadores como representante do Conselho. Ficou decidido a manutenção da mesma pauta para a próxima reunião. E eu, Valmor Vargas Neto, lavrei a presente ata, que após lida, será assinada por todos os presentes.

Adriano José Laurindo (Diretoria de Planejamento);

Frank Bez Fontana da Silva (Diretoria de Trânsito e Transporte);

Bianca Elias Torres (Procuradoria-Geral do Município);

Henrique Vargas (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);

Gentil Francisco (União de Bairros de Criciúma – UABC);

Gerson Santiago (União de Bairros de Criciúma – UABC);

Clésio Fernandes (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região);

Juliano Peters Dutra (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região);

Luiz Cláudio Honorato (Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Sul de Santa Catarina – SETRANSC);

Sérgio Pelegim (Associação Empresarial de Criciúma – ACIC);

Carlos Alberto de Andrade (Consórcio Criciumense de Transporte Urbano – CCTU);

Eduardo Topanoti Tarabay (Câmara de Dirigentes Lojistas de Criciúma – CDL);

Luiz Cláudio Honorato (Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas DO Sul de Santa Catarina – SETRANSC);